



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

“NO BRASIL, MEXEM COM AS FORÇAS ARMADAS, MAS NÃO MEXEM COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO”. **ENTREVISTA COM ADRIANO DIOGO, PRESIDENTE DA COMISSÃO DA VERDADE DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA**

“In Brazil, they mess with the Armed Forces, but they don’t mess with the media.” Interview with Adriano Diogo, president of São Paulo’s Truth Commission Rubens Paiva

FLORA DAEMON*

A presente entrevista é fruto de uma interlocução que se estabelece a partir do início das investigações sobre a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no âmbito do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (Caaf/Unifesp), com apoio do Ministério Público Federal¹. Tal projeto é voltado para a pesquisa a respeito de dez empresas² que conservam indícios de estreita colaboração e cumplicidade com os órgãos repressivos, dentre elas o grupo *Folha de S. Paulo*, objeto específico de nosso trabalho³.

Os Relatórios da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva e da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo são peças fundamentais que inauguram um esforço de implicação das empresas jornalísticas por suas atuações durante a ditadura, ainda que tais documentos possuam incontestáveis limitações. Esta entrevista, nesse sentido, se debruça sobre algumas lacunas, contratempos e distúrbios no

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 02.07.2022

ACEITO: 22.08.2022

COMO CITAR:

DAEMON, F. “No Brasil, mexem com as Forças Armadas, mas não mexem com os meios de comunicação”. Entrevista com Adriano Diogo, presidente da Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva. *Aedos*, v. 14, n. 32, p. 49-57, jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

* Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DLC/UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT-UFF). Integra a equipe de pesquisadores vinculados ao projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” (CAAF/Unifesp). ORCID iD: 0000-0001-9652-1748. E-mail: floradaemon@yahoo.com.br

1 Mais informações disponíveis em <<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

2 Companhia Docas de Santos, Petrobras, Fiat, Itaipu, Josapar, Paranapanema, Cobrasma, Companhia Siderúrgica Nacional, Aracruz e Folha de S. Paulo.

3 Pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura: o caso do grupo empresarial Folha de S. Paulo”, desenvolvida juntamente com Ana Paula Goulart Ribeiro, André Bonsanto Dias, Lucas Pedretti Lima, Fernando Honorato, Joëlle Rouchou e Amanda Romanelli Silva.

processo de apuração da responsabilidade de tais grupos empresariais, bem como seus dirigentes, de modo a apontar para possíveis aprimoramentos futuros.

O convite a Adriano Diogo para a realização da presente entrevista se fundamenta em sua reconhecida sustentação da necessidade de responsabilização das empresas que atuaram de maneira alinhada com a repressão, de modo a torná-la financeira e logisticamente viável. Este foi, sem dúvidas, um dos destaques do trabalho da Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, presidida por ele, com o apoio de uma equipe comprometida com os princípios da verdade, da memória e da justiça.

Além de presidir a primeira comissão estadual da verdade, criada em fevereiro de 2012, Adriano Diogo é, também, uma testemunha dos impactos da articulação empresarial com a engrenagem repressiva. Ele próprio foi vítima de uma operação que culminou com sua prisão, em março de 1973, em que um veículo do grupo *Folha de S. Paulo* foi utilizado para monitoramento de seus passos e atividades, bem como de sua companheira à época. De acordo ele, saíram do interior de um carro de distribuição de jornais agentes da Operação Bandeirantes que realizaram sua prisão.

Dez anos após o início dos trabalhos da Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, interessa-nos refletir sobre o que significa, politicamente, sustentar uma postura pública de implicação das empresas jornalísticas e seus dirigentes num país que sofre com a ausência de meios de regulação da mídia e, também, com a dificuldade de responsabilizar veículos de comunicação por sua cumplicidade com órgãos repressivos.

Adriano Diogo, paulistano nascido em 1949 no bairro da Mooca, é filho de mãe professora e de pai comerciante. O início de seu processo de engajamento foi atravessado pela cultura operária italiana, muito em função da influência direta de seu avô paterno, oriundo do país europeu. Além disso, a escola onde realizou os estudos se situava nas proximidades das fábricas cujos sindicatos sofreram com a repressão a partir do golpe de 1964. Sua militância teve início no momento em que os estudantes secundaristas, mais radicalizados do que os universitários, em sua perspectiva, se envolveram diretamente em ações de resistência também neste âmbito.

Em 1969 ingressou na Universidade de São Paulo (USP) para cursar Geologia. Mas, em função de sua prisão, em 1973, somente conseguiu retomar os estudos dois anos mais tarde para, então, se tornar geólogo sanitarista. Durante o tempo em que esteve na prisão passou noventa dias na Rua Tutóia, na Oban/ DOI-Codi de São Paulo, onde teve contato direto com o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido como Major Tibiriçá, então chefe do II Exército. Em seguida, foi transferido para o Deops, onde permaneceu por quarenta e cinco dias. Seu último período sob a custódia do Estado foi no presídio do Hipódromo. Nesta instituição permaneceu por um ano e meio.

Adriano Diogo é filiado ao Partido dos Trabalhadores. Em sua trajetória, atravessada pelo compromisso político iniciado nos anos em que atuou junto ao movimento estudantil, acumula experiências como a de vereador (eleito quatro vezes, exercendo mandatos entre os anos de 1989 e 2003), deputado estadual (por três períodos, eleito em 2002, 2006 e 2010) e secretário municipal do Meio Ambiente de São Paulo (2001-2005) na gestão Marta Suplicy. Dentre as áreas de sua atuação, destacam-se o meio ambiente, a educação, a saúde pública e a moradia popular.

Mas é no campo da Memória, da Verdade, da Justiça e da Reparação que Adriano Diogo se notabilizou como um dos maiores lutadores do país. Foi como deputado estadual que idealizou e presidiu

a Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva. Sobre este processo, como é possível verificar em sua entrevista, apresenta um diagnóstico corajoso a respeito de avanços, limitações transcendidas e obstáculos, sobretudo no que se refere à implicação do braço empresarial que deu sustentação aos 21 anos de ditadura.

Além deste trabalho, destaca-se na trajetória de Adriano Diogo o projeto de Lei voltado para a constituição do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Estado de São Paulo. A partir da proposta de uma composição mista, com representantes do poder público e da sociedade civil, a ideia era criar mecanismos de prevenção e combate ao referido crime que, lamentavelmente, ainda ocorre com frequência, sobretudo no âmbito do Sistema Penitenciário. No início do ano de 2019, no entanto, o então governador do estado de São Paulo, João Dória, vetou totalmente o projeto de criação de um órgão permanente para este fim.

Por conta da incansável luta travada ao lado de companheiros que permanecem implicados na busca pela responsabilização do Estado brasileiro, bem como dos patrocinadores das violências perpetradas, Adriano Diogo considera-se alijado de processos políticos decisórios, incluindo no âmbito do partido ao qual é filado. O estigma que ele e outras pessoas carregam tem relação direta com a dificuldade de tematização frontal do tema da ditadura, bem como seus algozes e efeitos que perduram até os presentes dias. Ainda assim, o entrevistado, aos 73 anos, mesmo que afastado de funções de representação parlamentar, permanece fortalecendo e construindo novas trincheiras de luta para que não esqueçamos das vítimas, dos perpetradores e, principalmente, para que o caráter cíclico da violência repressora seja interrompido pela tomada de consciência conformada pela noção de responsabilidade histórica.

* * *

Flora Daemon: Uma característica que chama a atenção quando apresento um interlocutor que atua nos campos da memória, da verdade e da justiça é o quanto sua trajetória de acadêmica/profissional se mistura com a política. Não dá para pensar no Adriano Diogo geólogo sem pensar no jovem estudante que foi preso, torturado, sobreviveu à ditadura, se converteu em um dos maiores nomes do país nas lutas a favor da justiça de transição, que foi vereador, deputado etc. Então, gostaria que você se apresentasse da maneira como se enxerga nos dias de hoje.

Adriano Diogo: Eu não vou me apresentar como “ex”. Ex é ex. Eu vou me apresentar como uma pessoa que tem 73 anos de idade, que espera viver mais alguns para poder contribuir com as novas gerações para que elas tenham coragem diante do processo político brasileiro que é muito violento e brutal. Então é assim que eu me apresento, já que eu sobrevivi à outra ditadura e quero sobreviver e ter coragem para passar às novas gerações estímulo para que elas resistam ao autoritarismo brutal que está vindo. Hoje eu me enxergo como uma pessoa completamente alijada do processo político, principalmente por ter sido presidente da Comissão da Verdade Rubens Paiva do Estado de São Paulo. Embora eu tenha tido uma vida de coerência em relação aos meus princípios e os princípios de compromisso com o povo brasileiro, guardadas as devidas proporções, eu me considero na mesma condição que Dilma [Rousseff]. Sempre digo “guardadas as devidas proporções” porque ela é tremendamente de estigmatizada porque fez a Comissão Nacional da Verdade e não abre mão de suas posições. Então, para

ser bastante sincero, eu estou dizendo que todo mundo que combateu a ditadura está estigmatizado no processo político. Quando acabar o governo Bolsonaro a nossa geração não vai aliviar. Vamos querer que o governo Bolsonaro seja analisado como uma nova forma do regime militar que cometeu atrocidades e que merece um processo de justiça de transição para analisar os crimes cometidos nesse curto período a partir do golpe que levou o [Michel] Temer à presidência da República.

Flora Daemon: Você idealizou, articulou e presidiu a Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva que já surgiu com um nome/homenagem a uma das vítimas da ditadura. Você entende que esse gesto foi um indicativo para marcar uma posição desde o princípio?

Adriano Diogo: Nós articulamos a Comissão da Verdade Rubens Paiva um ano antes dela ser criada. Ela não tinha nome. A ideia, na realidade, era contribuir para a Comissão Nacional da Verdade porque foi mandado um projeto de lei para Câmara, por parte do Governo Federal, que não era votado de jeito nenhum. E estava a maior tensão no Brasil inteiro. Então nós nos reunimos aqui em São Paulo e começamos a preparar as condições para criar comissão Estadual. Porém, na semana entre a aprovação do projeto de lei aqui de São Paulo e a instalação, a Vera Paiva [filha de Rubens Paiva] foi a Brasília para fazer um pronunciamento pedindo aprovação da Comissão Nacional da Verdade. E o clima era de tal tensão que não permitiram que a Vera lesse o pronunciamento. Miriam Leitão resolveu, também, fazer o especial “Por que morreu Rubens Paiva?”, para a *Globo News*. O [Vladimir] Sacchetta fez um documentário muito bonito e nós aproveitamos todas essas convergências em torno de Rubens Paiva e criamos a Comissão e demos o nome. Tanto é que o discurso que a Vera Paiva não leu em Brasília, ela leu na instalação da nossa Comissão. E nós também passamos o documentário do Sacchetta sobre Rubens Paiva e o programa da Miriam Leitão.

Eu tinha uma relação muito próxima com a Vera porque quando eu estive preso ela tava entrando na universidade e eles fizeram a campanha pela libertação dos presos, a campanha da missa do Alexandre Vannucchi. E o fato da gente ter instalado a Comissão Rubens Paiva facilitou que lá em Brasília se instalasse a Comissão Nacional da Verdade. E nós saímos pelo Brasil inteiro, nós aqui de São Paulo, criando comissões estaduais, incentivando. Aí criou-se uma rede nacional de comissões da verdade. Mas a coisa inédita que nós fizemos, e isso vale a pena lembrar, é que nós recebemos a orientação de um integrante da Comissão Nacional da Verdade para que nós não tocássemos em três fatores aqui em São Paulo: não falássemos da Fiesp, não falássemos do papel do consulado americano e não se falasse de mortos e desaparecidos, os chamados “terroristas”. Então, recebendo essa orientação, nós fizemos tudo ao contrário: priorizamos os “terroristas”, fizemos audiência sobre o papel da embaixada americana e fizemos sessões especiais sobre o papel dos empresários, em particular da Fiesp. E aí quebrou o “manto da pureza”.

Flora Daemon: E como foi a recepção desses enfrentamentos no âmbito das demais comissões e, em especial, da Comissão Nacional da Verdade?

Adriano Diogo: No começo não foi nada agradável. Foi uma saia justa terrível. Mas não havia outro caminho. Eu sei que essa entrevista é atemporal, mas se você pegar a *Folha de S. Paulo* dessa semana

tem um artigo⁴ assinado pelo Fernando Henrique [Cardoso]⁵ e outros que foram ex-ministros da Justiça: [Nelson] Jobim⁶, [José] Gregori⁷ e Paulo Sergio Pinheiro⁸ defendendo que não se acabe com a Comissão de Mortos e Desaparecidos e se leve em consideração o direito à memória e à verdade. Eu nunca tinha prestado atenção nisso, mas o artigo, embora muito bem redigido, esquece o principal vértice da justiça de transição que é a justiça. Ele defende a memória e a verdade, mas não defende a justiça, não defende o julgamento. Então eu, com muita tristeza, percebi depois de muitos anos de vida e de luta, a teoria dos dois demônios que ficou famosa na Argentina no governo [Raúl] Alfonsín, que é uma coisa que vem desde a II Guerra Mundial, e que diz que existem dois demônios na luta: a esquerda, os comunistas, e a direita, os militares e os torturadores. Essa teoria dos dois demônios é muito forte no Brasil: se a direita foi uma direita terrorista, a esquerda também cometeu os seus erros com luta armada, violência... Embora no Brasil ela nunca tenha sido escrita, ela é aplicada a todos os momentos. Então, com muito custo, eu consegui entender que eu estava ao lado de um dos demônios que era exatamente o capítulo da juventude, da geração 68.

Flora Daemon: Imagino que por essa razão tenha sido um esforço político para Dilma Rousseff bancar a Comissão Nacional da Verdade, assim como foi um esforço seu e de outros integrantes da Comissão de São Paulo. Você teve algum contato com a presidenta? Teve notícias sobre como ela enxergava o empenho de vocês?

Adriano Diogo: Com ela diretamente não, mas com o pessoal dela sim, inclusive o pessoal que estava articulando a Comissão Nacional da Verdade. Tínhamos contato direto. São Paulo servia de escada. Todas audiências aqui realizadas serviram de base para o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Então era uma relação umbilical porque realmente a Comissão de São Paulo era bem pequenininha, mas era constituída das pessoas que nunca pararam de lutar na questão da ditadura: Amelinha Teles, Criméia [de Almeida], a Janaína [Teles], o Ivan Seixas... mesmo os que não integravam... Angela Mendes de Almeida, companheira do [Luiz Eduardo] Merlino, a Tatiana Merlino, sobrinha do Merlino... era uma comissão de “terroristas”. Então não tinha como desaparecer com os “terroristas” que são os mortos e desaparecidos. Nossa comissão era isso, é com essas pessoas que nós nos relacionamos.

Flora Daemon: Você acha que havia um entendimento implícito de que algumas investigações, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, deveriam ficar mais discretas e que somente seriam possíveis de serem executadas por comissões como a de São Paulo?

Adriano Diogo: Sem dúvidas. Tivemos três grandes comissões da verdade: a de Pernambuco, a do Rio de Janeiro e a de São Paulo. Outras foram criadas, como a belíssima da Paraíba, bem pobrezinha, mas que fez um trabalho incrível, ou das universidades, como da Universidade de Brasília, Unicamp,

4 Intitulado “Em defesa do direito à memória e à verdade”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/06/em-defesa-do-direito-a-memoria-e-a-verdade.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2022.

5 Ex-presidente da República (1995-2002).

6 Ex-ministro da Justiça (1995-1997).

7 Ex-ministro da Justiça (2000-2001).

8 Ex-secretário de Estado de Direitos Humanos (2001-2002).

Unifesp, USP, Unesp... As comissões tiveram um papel auxiliar incrível. Mas as duas grandes comissões estaduais foram a de Pernambuco, criada pelo governo de Pernambuco, e a do Rio de Janeiro que era monumental. Era muito maior, melhor estruturada, com fianças, com cargos do que a Nacional. Qual era o problema da Nacional? Ela tinha o que quisesse de recurso. Eles contrataram a Universidade Federal de Minas Gerais para fazer tudo de pesquisa acadêmica. Mas em Brasília a barra era muito pesada. Fazer Comissão da Verdade em Brasília era como se fosse uma declaração de guerra perante os militares. Então, essa terceirização que ocorreu - São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco - dissipou um pouco o clima de repressão. Eles se sentiram mais à vontade. Por exemplo: em São Paulo nós fazíamos as sessões transmitindo ao vivo pela TV da Assembleia Legislativa. Isso era espetacular. Nós ficávamos seis, sete horas no ar pela TV. E a [Comissão] Nacional praticamente mudou para São Paulo. Tanto é que ela não tinha grupo das empresas, não tinha grupo dos trabalhadores, de indígenas, não tinha grupo de camponeses... Por exemplo: no Pará era tão difícil que eles vieram fazer audiências da Comissão do Pará aqui em São Paulo. Tinha gente ligando o dia todo de outros estados querendo apresentar casos.

Flora Daemon: Gostaria explorar mais com você a questão das empresas, especialmente as jornalísticas. No contexto do golpe sabemos que a maioria foi entusiasta da ideia, chegando a celebra-lo em seus jornais. Alguns veículos se limitaram a fazer coberturas pró-militares e contra os chamados “terroristas de esquerda”. Outros, ao que tudo indica, colaboraram financeiramente com a caixinha da Operação Bandeirante e, também, cederam carros de distribuição de jornais à repressão. Como você analisa o papel de jornais, tanto no campo das ideias, incidindo no debate público, quanto na articulação operacional da engrenagem repressiva?

Adriano Diogo: Esse campo das empresas jornalísticas foi um desastre. Se tivesse que analisar hoje o papel das empresas jornalísticas durante a ditadura eu começaria pela pesquisa que o Fernando Morais fez para fazer o livro *Chatô [o rei do Brasil, 1994]*. Não dá para você entender a imprensa brasileira sem ler o livro do Fernando Morais. A biografia de Assis Chateaubriand mostra qual é a concepção dos grupos de mídia brasileiros sobre como fazer política. Chatô não retratava a política através dos *Diários Associados*. Chatô era a política de Getúlio Vargas, do Estado Novo, da preparação do golpe... Então, muito antes da TV *Globo* assumir esse papel sórdido, e também de outras empresas de comunicação, os *Diários Associados* já o faziam com fartura. Essa questão da participação das empresas jornalísticas em 64 nasce pelo menos dez anos antes com a deposição de Getúlio. E por que não dizer que nasce no Estado Novo com o apoio que Getúlio teve das empresas jornalísticas? A história é contínua. É aí que nasce a concepção da comunicação brasileira: no Estado Novo, a história oficial... Os grandes conglomerados jornalísticos sempre seguiram essa lógica. Lógico que nós tivemos Samuel Wainer, a *Última Hora*... tivemos a *Manchete* com o Bloch que era mais juscelinista... Então as empresas de comunicação sempre contaram a história oficial. E quando veio a ditadura militar elas foram patrocinadoras, estiveram sempre atreladas ao poder, à embaixada americana. Não vou dizer que a comunicação foi um prolongamento do estado ditatorial, mas ela fez o arcabouço, o desenho do estado ditatorial brasileiro. E aí quando veio a Comissão da Verdade que era uma enorme chance das empresas de comunicação dizerem qual foi o papel delas, foi muito pouco. Elas se auto-vitimizaram, colocaram que elas foram perseguidas, censuradas... E não houve cobertura nenhuma. O relatório da Comissão Nacional da Verdade não foi publicado por nenhum veículo de comunicação. Um dos motivos da

cassação da Dilma [Roussef] foi a Comissão Nacional da Verdade. E eu que sou pequenininho, aqui em São Paulo, desde que eu que fiz a Comissão Estadual da Verdade não entro em festa oficial de partido. Sou considerado um “boca maldita”, um cara perigoso, um cara problemático que não tem o que fazer a não ser provocar os militares. Quem mexe com esses temas - ditadura, tortura, repressão, desaparecimento - é sempre mal visto. O Lula, por exemplo, que é um gigante, um personagem da humanidade, só veio reconhecer o papel do Estado ditatorial a partir da prisão dele, da Lava Jato. Mas se você disser pro Lula hoje “Lula, nós vamos julgar os crimes do governo Bolsonaro” sabe o que ele vai te responder? “Na vida se olha pra frente, não no retrovisor”.

Flora Daemon: Essa complexidade nós encontramos muito comumente quando se fala na responsabilização de empresas que conservam indícios de colaboração com a ditadura, como a *Folha de S. Paulo*. Com frequência ouvimos discursos do tipo “mas a *Folha*, hoje em dia, cumpre um papel importante, é a maior expressão progressista na imprensa brasileira”. Como você enxerga essa questão?

Adriano Diogo: Balela. A *Folha* patrocinou o golpe contra Dilma diariamente. Foi a maior caudatária do golpe contra ela. Daqui a vinte anos vamos perguntar “qual foi seu papel na implantação do regime de Bolsonaro”? Vamos ficar procurando fósseis. Assim como outras empresas. Um dia nós vamos estudar o papel da *Havan*, o papel da *Riachuelo*...

Flora Daemon: Gostaria de abordar o tema da perseguição aos jornalistas. Você acredita que há um apagamento do aspecto profissional desses sujeitos que eram militantes e jornalistas e, por isso, eram perseguidos?

Adriano Diogo: Na realidade os jornalistas militantes são incluídos no capítulo dos revolucionários resistentes. Eles não entram como jornalistas. Às vezes eles entram como terroristas, subversivos... como se eles não tivessem uma capacidade de redação. Esse é bem o caso do Merlino, por exemplo. Mesmo o próprio Frei Betto que, além de frade, é jornalista, um grande jornalista que se tornou escritor. O *Pasquim* que tinha um núcleo de gente perseguida pela ditadura teve uma certa luz. O próprio Millôr Fernandes... pessoas que tiveram que se associar a órgãos bem pequenininhos de resistência para poder sobreviver nas suas funções, suas carreiras. José Maria Rabelo é um jornalista que ninguém fala, um jornalista mineiro fantástico. Na época do golpe, 64, as redações eram invadidas pelos militares. Imagina os pequenos veículos de comunicação no interior do Brasil...

Nós não temos uma experiência, aqui no Brasil, como jornal *Página/12* da Argentina. Não temos como experiência os jornais da resistência italiana, da resistência francesa. Nós não tivemos uma imprensa de esquerda, socialista, alternativa às empresas de comunicação.

Flora Daemon: Existem diversas denúncias de que a o grupo *Folha* teria cedido carros à repressão, como falamos anteriormente. Esses veículos seriam usados para vigilância, perseguição e prisão de militantes. Neste caso, Adriano, como você entende ser possível mensurar os danos humanos causados por essa relação de colaboração da empresa jornalística com a ditadura?

Adriano Diogo: Não tem reparação. Quando acabou a ditadura, para não punir os militares, para não averiguar os crimes cometidos, a justiça foi trocada pela reparação econômica. Então foi feita uma lei

que, ao invés do cara pedir justiça no caso dele, pedia reparação. Mas como tudo o que acontece no Brasil é deturpado, a reparação virou uma reparação política. Por exemplo: quando aparece a reparação no governo Fernando Henrique [Cardoso], quem a reparação reparou, pagou? Os políticos profissionais. Quem foi perseguido, torturado, perdeu tudo, nunca foi reparado. Então o cara que nunca tomou um tapa na vida, nunca passou na calçada no DOPS, mas tinha um bom advogado para pedir a reparação, ganhava uma reparação milionária. E aquele operário que perdeu a família, perdeu os irmãos, foi perseguido... A mesma coisa vale para as empresas. Elas nunca tiveram que fazer reparação. A primeira que teve que fazer foi a *Volkswagen*, agora. E fez reparação descontada no imposto de renda, o que é inédito, como se fosse uma aplicação. Então, a reparação no Brasil foi completamente desvirtuada.

No caso da *Folha* não tem reparação que cubra os males advindos dessas acusações. Poderia haver uma reparação com uma publicação enorme reconhecendo. Não uma reparação pecuniária. Mas isso não elimina a questão da justiça. Na justiça esses crimes não prescrevem. Eles têm que ser julgados.

Flora Daemon: Você, Ivan Seixas, Antônio Carlos Fon, Chico Vieira, Suzana Lisboa, entre outros, já fizeram relatos públicos a respeito da utilização dos carros da *Folha* pela repressão. Ainda assim, o tema foi pouco explorado no âmbito das Comissões da Verdade (a Nacional, a Estadual de São Paulo e a dos Jornalistas). A que você atribui essa dificuldade diante de tantas evidências e testemunhos?

Adriano Diogo: A história do Brasil é feita a partir do que está nos jornais, nos meios de comunicação. ‘Ah, vou estudar a Guerra do Paraguai! Então vamos ver o que os jornais publicaram.’ ‘Vou estudar o golpe de 64’; ‘a morte do Vargas’. Tudo no Brasil é através dos meios de comunicação. É uma espécie de história oficial. Quando você for estudar o golpe contra a Dilma, você vai ler o que a *Folha de S. Paulo* escreveu, o que *O Globo* escreveu. Você nunca vai saber o que aconteceu na Guerra do Contestado, nunca vai saber o que aconteceu em Canudos, na Balaiada, na Sabinada, na Revolução dos Alfaiates. Você nunca vai saber nada da Farroupilha... você nunca vai saber o que aconteceu com Sete Povos das Missões porque os meios de comunicação não deram.

O melhor trabalho dos meios de comunicação durante a ditadura foi quando ocorreu o atentado ao Rio Centro. Esse foi espetacular. O Brasil parou em 1983 porque os meios de comunicação pararam o Brasil. A ditadura acabou naquela véspera do 1o de maio no atentado ao Rio Centro, embora tenha acabado em [19]85 oficialmente.

Flora Daemon: A gente não conseguiu, no âmbito das comissões da verdade, enfrentar o tema das relações de cumplicidade das empresas de comunicação com a ditadura. Você acha possível futuramente constituir novas comissões da verdade para pensar a responsabilidade da imprensa e seus dirigentes?

Adriano Diogo: No Brasil, mexem com as Forças Armadas, mas não mexem com os meios de comunicação. Eles são mais poderosos do que as Forças Armadas. Então esse é um grande problema.

Flora Daemon: Você acha, Adriano, que estamos fadados a precisar de comissões da verdade para averiguar as violações de direitos nesse país?

Adriano Diogo: Vamos fazer história comparada, vamos pegar aqui na América Latina. Quem foi o presidente da república do Uruguai que deu a linha pro novo Uruguai? Foi Pepe Mujica, um guerrilheiro tupamaro, que pegou uma das maiores canas... Quem é o paradigma na Argentina para a questão da ditadura e da redemocratização do país? As mães e as avós da Praça de Maio, as *madres* e as *abuelas*, e as organizações de direitos humanos. Agora que teve esse processo quase revolucionário no Chile - com o [Gabriel] Boric - onde eles foram beber? De que leite eles foram beber? Do leite de Salvador Allende. Essa busca histórica que a América Latina faz em suas fontes, em suas origens, aqui no Brasil não ocorre. Aqui nós rompemos com a tradição trabalhista e tudo de bom que pode ter acontecido no governo Vargas e de ruim também, para aprender. Nós não reivindicamos nada do que houve antes do golpe ou da resistência ao golpe. Quando começa a redemocratização parece que não tem história pretérita. Isso é um desastre no Brasil. É um país sem memória. Todo mundo que participou da reação à ditadura tá fora da política. O Alípio Viana Freire, seu colega jornalista, morreu num ostracismo total. [José] Genuíno está banido da política como se fosse um marginal. José Dirceu não dá palpite nem em menu de festinha de diretório de bairro. Essa ruptura dos que resistiram com essas novas gerações mostra a pobreza da herança cultural política do povo brasileiro. O povo brasileiro não investigou como morreu Juscelino [Kubitschek], como morreu João Goulart. Porque Juscelino foi condenado pela ditadura militar porque comprou um apartamento no Rio de Janeiro. Mesma questão de apartamento de cobertura que o Lula.

Essa falta de memória histórica é que faz com que os grupos de comunicação se perpetuem. Todo mundo sabe, na Argentina, que o grupo *Clarín* e o grupo *La Nación* são as estruturas fundamentais do golpe, da ditadura militar argentina. Eles têm dinheiro ainda. Mas eles não têm credibilidade. E aqui no Brasil não: se passa pano, passa pano, passa pano... A *Globo* continua dando a linha política, a *Folha de S. Paulo* é o jornal da juventude... é esse lixo. A *Veja* foi a grande revista brasileira. A *Editora Abril*... ninguém aprofunda. Tem uma ruptura com os ensinamentos do passado. Tanto é que há gente monarquista por aqui. Daqui a pouco vamos ter rei, parlamentarismo. Uma descontinuidade da análise política.

A igreja católica tem dois mil anos. Ela foi vítima e ao mesmo tempo algoz de situações incríveis ao longo da história. E ela guarda como imagem a cruz que é o símbolo da tortura, como símbolo do cristianismo, da resistência. Essa tradição histórica nós não temos no Brasil. O símbolo do nosso povo deveria ser o pau de arara. A cruz está para os católicos assim como o pau de arara está para os brasileiros. Esse é o nosso símbolo. De como nosso povo foi tratado da escravidão até os dias atuais. Esse *Alzheimer* nacional é cruel.